

O PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DELTA DE JACUI RS E SEU USO COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO

MATHEUS GOUVEIA DE ARAUJO¹; EDUARDO FERREIRA MOTA²; CLAURE MORRONE PARFITT³;

¹*Universidade Federal de Pelotas/Centro de Integração do Mercosul/Curso de Gestão Ambiental - math.gouveia@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas/Centro de Integração do Mercosul/Curso de Gestão Ambiental - eduardomotaga@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas/Centro de Integração do Mercosul/Curso de Gestão Ambiental – Professora Orientadora clauremparfitt@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído no Brasil em 2000, representa um marco na preservação das áreas naturais de relevante interesse ecológico e social. A criação do SNUC estabeleceu um arcabouço legal para a proteção de ecossistemas, contribuindo para a manutenção da biodiversidade, regulação dos ciclos climáticos e hidrológicos, além de proporcionar benefícios econômicos e culturais (BRASIL, 2002). Dentro deste contexto, o Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ) destaca-se como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, abrangendo 14.242,05 hectares.

O PEDJ, instituído em 1976 e ampliado em 1979, é um exemplo de área protegida cuja gestão se baseia em diretrizes claras estabelecidas no Plano de Manejo (PM). O PM, como documento técnico, orienta o uso e a conservação dos recursos naturais do parque, sendo um instrumento essencial para a preservação ambiental e a integração com as comunidades locais (PEREIRA, 2009; SANTOS, 2016).

Entretanto, apesar da sua importância, a eficácia do Plano de Manejo do PEDJ na proteção dos ecossistemas e na promoção do desenvolvimento sustentável tem sido questionada devido a desafios como a presença de espécies exóticas invasoras, a falta de infraestrutura adequada e a necessidade de atualização contínua do plano (SNUC, 2000). A ausência de estudos específicos que avaliem a aderência do PM às diretrizes metodológicas propostas pelo IBAMA, como o Roteiro Metodológico de 2002, também se configura como uma lacuna na literatura.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a proposta do Plano de Manejo do Parque Estadual Delta do Jacuí, verificando sua conformidade com as diretrizes metodológicas do IBAMA e identificando os principais desafios enfrentados na implementação e gestão do parque. A fundamentação teórica baseia-se em legislações federais, como a Lei nº 9.985/2000 e o Decreto nº 4.340/2002, bem como em estudos que discutem a eficácia dos planos de manejo como ferramentas de gestão ambiental (FÁVERO, 2001; ALMEIDA; WOLLMANN, 2020).

Este estudo busca contribuir para a melhoria da gestão do PEDJ, propondo recomendações para a revisão e atualização do PM, de forma a garantir a conservação efetiva dos ecossistemas e a integração sustentável das atividades humanas na área protegida.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, iniciando com uma revisão bibliográfica aprofundada, conforme orientado por Marconi e Lakatos (1990, p. 44). Essa etapa foi fundamental para a construção de uma base teórica sólida, com a consulta a uma ampla gama de fontes, incluindo revistas científicas, teses, dissertações e websites especializados em meio ambiente e planejamento. A revisão bibliográfica proporcionou uma compreensão abrangente do estado atual do conhecimento sobre o tema.

Complementando a revisão bibliográfica, a pesquisa incorporou uma análise documental detalhada, conforme metodologias discutidas por Fachin (2017) e Kripka (2015). A análise documental envolveu a coleta, classificação e seleção criteriosa de informações, permitindo uma exploração aprofundada dos documentos relevantes. Este método se mostrou particularmente eficaz para descobrir novos insights e aspectos críticos relacionados ao objeto de estudo.

A fundamentação da análise esteve alicerçada em legislações e documentos normativos essenciais, como o Decreto de Regulamentação dos Parques Nacionais (BRASIL, 1979), o Roteiro Metodológico de Planejamento de Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica (IBAMA, 2002), o Decreto Estadual nº 42.009 de 2002, além do Plano de Manejo do Parque Estadual Delta do Jacuí (PM PEDJ). A principal estratégia metodológica foi a comparação sistemática entre o conteúdo do PM do PEDJ e os critérios estabelecidos no Roteiro Metodológico do IBAMA (2002).

Esse procedimento permitiu uma avaliação rigorosa da conformidade do Plano de Manejo do PEDJ com as diretrizes metodológicas estabelecidas, identificando tanto os pontos de aderência quanto as discrepâncias e lacunas existentes. A análise crítica da estrutura do PM revelou sua eficácia na gestão e conservação dos recursos naturais do parque, ao mesmo tempo que destacou áreas que necessitam de aprimoramento para assegurar a plena eficácia do plano na preservação ambiental.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do Plano de Manejo do Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ) revelou avanços significativos, mas também apontou lacunas que precisam ser abordadas para garantir uma gestão eficaz. O PM demonstrou boa aderência às diretrizes metodológicas, principalmente na caracterização ambiental e no zoneamento das áreas protegidas, alinhando-se com princípios de conservação de biodiversidade e serviços ecossistêmicos (Urbano et al., 2024). O uso de dados de monitoramento e o manejo eficiente dessas áreas são fundamentais para garantir a proteção dos ecossistemas, algo ressaltado pela importância da coleta e gestão de dados ambientais nessas áreas protegidas.

Por outro lado, a análise identificou deficiências no monitoramento contínuo e na avaliação das práticas de manejo, especialmente em relação à gestão cultural e patrimonial do parque. A falta de mecanismos claros para monitorar a efetividade do zoneamento pode comprometer a capacidade do PEDJ de responder adequadamente às mudanças ambientais e às demandas sociais emergentes. Urbano et al. (2024) destacam que a implementação de um sistema eficiente de gestão de dados e monitoramento é essencial para a eficácia das práticas de conservação e proteção da biodiversidade em áreas protegidas.

Além disso, a análise evidenciou lacunas críticas relacionadas à integração das dimensões culturais e sociais no manejo ambiental. A abordagem atual não consegue lidar de forma satisfatória com a diversidade cultural da região, o que

pode impactar negativamente a sustentabilidade a longo prazo. Múnera-Roldán et al. (2024) discutem a importância de alinhar as agendas de adaptação e sustentabilidade nas áreas protegidas, especialmente considerando as pressões sociais e ecológicas. A inclusão das comunidades locais e seus conhecimentos é essencial para uma gestão holística e eficaz.

Ainda, Colloff et al. (2020) destacam que a transformação dos sistemas socioecológicos é fundamental para garantir a adaptação das práticas de manejo em face das mudanças ambientais e sociais. Essa perspectiva reforça a necessidade de revisão e atualização do PM do PEDJ para incluir elementos de transformação social e ecológica, garantindo que o parque continue a desempenhar seu papel na conservação ambiental e no desenvolvimento sustentável.

4. CONCLUSÕES

Este estudo proporcionou uma análise crítica do Plano de Manejo do Parque Estadual Delta do Jacuí, destacando a conformidade do plano com as diretrizes estabelecidas e identificando áreas que necessitam de revisão e aprimoramento. Embora o plano atenda a várias dessas diretrizes, há uma necessidade premente de revisões, especialmente na inclusão de mecanismos de monitoramento mais robustos e na integração das dimensões culturais e sociais, essenciais para garantir uma gestão sustentável e eficaz a longo prazo.

A principal contribuição deste trabalho reside na identificação de lacunas e deficiências específicas que, se abordadas, podem potencializar a eficácia do plano, garantindo uma gestão mais integrada e sustentável. A inovação deste estudo está na abordagem detalhada e comparativa utilizada para avaliar a aderência do plano às normas metodológicas, oferecendo uma base sólida para futuras revisões. Ademais, sugere-se uma abordagem mais holística, que inclua, além dos aspectos já mencionados, o fortalecimento da infraestrutura e da equipe de gestão do parque.

Em síntese, o estudo não apenas reforça a importância de seguir diretrizes metodológicas rigorosas na elaboração de planos de manejo, mas também evidencia a necessidade contínua de atualização e adaptação para enfrentar os desafios emergentes na conservação ambiental, garantindo uma gestão mais eficaz e sustentável a longo prazo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Brasília, 2000.

BRASIL. **Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.** Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília, 2002.

FÁVERO, R. **Planejamento de unidades de conservação no Brasil: princípios e práticas.** Rio de Janeiro: IBAMA, 2001.

IBAMA. **Roteiro Metodológico de Planejamento de Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica**. Brasília: IBAMA, 2002.

KRIPKA, R. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2015.

MÚNERA-ROLDÁN, N. et al. **Sustainability and adaptation agendas in protected areas**. Environmental Science, v. 38, p. 215-228, 2024.

PEREIRA, H. B. **Gestão de Unidades de Conservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

SANTOS, A. C. **Planejamento Ambiental: uma abordagem integrada para a conservação**. Porto Alegre: Bookman, 2016.

SNUC. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Lei nº 9.985/2000, Brasília, 2000.

URBANO, M. et al. **Monitoring systems in protected areas**. Conservation Journal, v. 12, p. 185-196, 2024.